



GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRI) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a

O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constituição Federal de 1988 trouxe como desdobramentos políticas específicas, principalmente no que diz respeito à assistência estatal nas áreas de educação, saúde, economia e regularização de terras. Tais direitos foram se consolidando através da ação desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicatórias trouxeram para o cenário político brasileiro as demandas de garantias de direitos específicos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresentação de pesquisas a atuação dos agentes sociais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, artesãos entre outros. As articulações e lutas pelo reconhecimento e por afirmação dos direitos conquistados e, ainda a fragilização e ameaças aos direitos conquistados no atual contexto sociopolítico brasileiro serão os objetos das discussões e reflexões desse GT. O objetivo é refletir e possibilitar discussões sobre as estratégias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirmação de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educação, saúde e a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

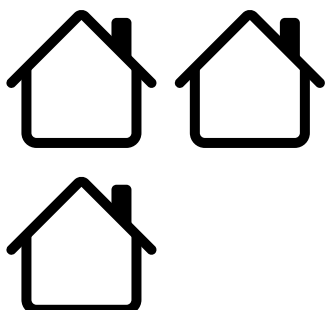
FUI FORMADO E FORJADO COMO PROFESSOR INDÍGENA: a busca pela materialização da educação escolar específica e diferenciada em território Munduruku

Autoria: Romy Guimarães Cabral

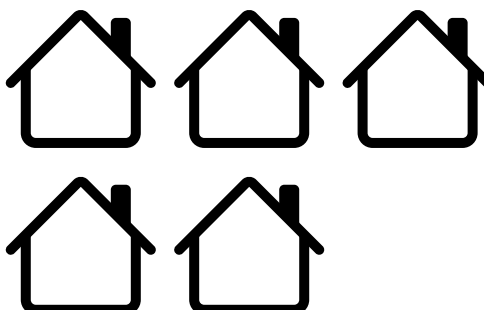
O presente ensaio traz para o cenário acadêmico implicações teórico-práticas sobre o contexto educacional que se desenvolve nas escolas indígenas, existentes na terra indígena Kwata-Laranjal. Este delinearão não somente a trajetória de formação de professores indígenas Munduruku, bem como trará à tona a legislação que assegura essa formação, na intenção de problematizar realidades face às diretrizes que alicerçam essa construção. Objetiva-se refletir sobre as bases orientadoras (legislação, políticas públicas, projetos curriculares e projetos comunitários) em conjunção/disjunção a um projeto ou intencionalidade coletiva indígena. No Estado do Amazonas, o projeto que iniciou e encaminhou a formação de professores indígenas foi o Projeto Pyra-Yawara, da Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC-AM), renomeado e redesenhado na terra Munduruku como Projeto Kabiará. Especificamente, traremos desenhos dos cotidianos, avanços e perspectivas das escolas das aldeias Kwata e Laranjal, segundo avaliação institucional realizada pelo Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas (CEEI-AM), no início do segundo semestre do corrente ano.



Realização:



Apoio:



Organização:

